



Imagem de Freepik

Boletim Especial do Comércio

Subsídio para as negociações coletivas de trabalho

Setembro de 2025



Resumo executivo

O comércio brasileiro consolidou-se como um dos principais setores do mercado de trabalho, ocupando cerca de 19,5 milhões de trabalhadores em 2024, de acordo com a PnadC/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Parcela relevante dos trabalhadores, no entanto, está na informalidade, o que é um problema estrutural do setor.

Já o número de empregos formais tem se expandido e atingiu 10,6 milhões em 2024, segundo a Rais (Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego). De fato, entre 2022 e 2024, o emprego formal no setor registrou crescimento de 5,1%, com mais de 514 mil novos vínculos, impulsionados especialmente pelos grandes estabelecimentos, embora micro e pequenos negócios respondam pela maior parte das ocupações.

Do ponto de vista regional, o Sudeste concentrou metade dos empregos, mas foram as regiões Norte e Nordeste que apresentaram crescimento mais intenso do emprego formal entre 2022 e 2024.

A remuneração média real do comércio foi de R\$ 2.692,50 em 2024. Em relação a 2017, houve perda real acumulada de -4,3%, ainda que tenha ocorrido recuperação parcial no período recente (+4,2% entre 2022 e 2024).

Persistem desigualdades salariais relevantes: as mulheres comerciais ganham em média 13,1% a menos que os homens. Além disso, o segmento varejista, que concentra 69% da força de trabalho, apresenta as menores remunerações médias, na comparação com o atacado e o comércio de veículos.

A escolaridade da categoria aumentou: 70,5% dos trabalhadores possuíam ensino médio completo em 2024 e mais de 1,27 milhão, ensino superior. O perfil etário também vem mudando: caiu a participação dos jovens até 29 anos (39,5% em 2024) e aumentou a dos trabalhadores acima de 40 anos.

O tempo de trabalho é extenso: 91% dos empregados cumprem jornadas contratuais de 40 horas semanais ou mais e 85% trabalham exatamente 44 horas,

com destaque para funções como gerentes de lojas e supermercados, com jornadas de mais de 48 horas em média. Isso reforça a relevância do debate sobre a redução da jornada sem redução salarial.

Nas negociações coletivas, verificou-se um ciclo de estagnação entre 2019 e 2022, com reajustes em linha com a inflação do período, medida pelo INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A partir de 2023, no entanto, houve importante crescimento da proporção de reajustes acima do índice inflacionário, embora com aumentos reais médios baixos. Em 2024, 88,3% dos acordos ficaram acima da inflação e entre janeiro e agosto de 2025, 81,7% obtiveram ganhos reais. A variação real média dos salários atingiu o melhor resultado em 2024 (+0,87%) e permanece positiva em 2025 (+0,73%).

No que se refere ao desempenho setorial, a receita nominal do comércio cresceu 82,4% entre 2017 e 2024, superando a inflação acumulada (48,7%), com destaque para os segmentos farmacêutico, de veículos e material de construção. Entre janeiro e julho de 2025, o setor cresceu 7,4% em termos nominais, sustentado por supermercados, combustíveis, farmácias e vestuário. Entretanto, o desempenho foi desigual: Norte e Nordeste avançaram mais, enquanto Sudeste e Sul cresceram menos. Goiás foi o único estado onde houve retração (-0,5%).

Considerando algumas perspectivas para o setor, é fato que, apesar da manutenção de uma política monetária restritiva, o cenário recente de queda da inflação e da taxa de câmbio abre espaço para a redução da taxa básica de juros, o que pode estimular o consumo das famílias. Esse movimento se soma ao baixo nível de desemprego e à ampliação de políticas sociais e de crédito, como os programas Gás para Todos, Luz do Povo e Crédito do Trabalhador, que ampliam a renda disponível, sobretudo da população mais pobre, com impacto direto na demanda por bens e serviços.

Outro fator relevante é a aprovação da reforma do imposto de renda da pessoa física, que deverá entrar em vigor em janeiro de 2026. A proposta prevê a isenção para rendimentos de até R\$ 5 mil e a redução do imposto para salários de até R\$ 7.350, o que deve injetar cerca de R\$ 27 bilhões anuais na economia. Esse

aumento da renda disponível tende a reforçar o consumo e impulsionar as vendas no comércio, ampliando o dinamismo da atividade econômica.

Em síntese, o comércio brasileiro apresenta expansão, com geração de empregos e ganhos salariais reais nos últimos anos. Porém, desafios estruturais persistem: alta informalidade, desigualdade de gênero, concentração em baixos salários e longas jornadas. Para que o setor se torne vetor de trabalho decente e sustentável, será essencial fortalecer a negociação coletiva, ampliar a formalização, reduzir desigualdades e avançar em políticas de valorização salarial e de redução da jornada de trabalho.

Introdução

O setor do comércio é um dos principais empregadores do Brasil, com milhões de trabalhadores em diferentes modalidades e portes de estabelecimentos. A relevância do segmento vai além da geração de postos de trabalho: reflete e contribui também para a dinâmica do consumo das famílias e o desempenho econômico do país.

Este estudo analisa a evolução recente do mercado de trabalho no comércio entre 2017 e 2025, com foco maior no emprego formal, na remuneração, escolaridade, no perfil etário e nas jornadas de trabalho. A análise também abrange a receita das vendas e de que forma o desempenho econômico repercutiu nas negociações salariais. O objetivo do trabalho é fornecer subsídios para que o movimento sindical utilize as informações durante processos de negociação.

Situação do mercado de trabalho no comércio

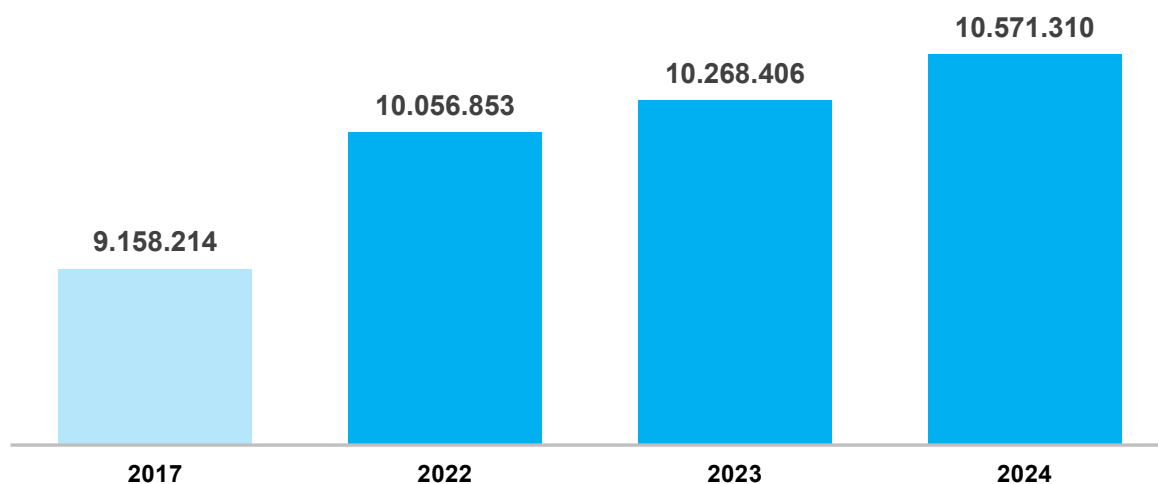
O comércio concentra grande número de trabalhadores. Entre formais e informais, segundo a PnadC-IBGE, havia 19,5 milhões de trabalhadores nas atividades de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.

Já de acordo com os dados da Rais, que contabiliza apenas os empregados com carteira assinada, o Brasil contava com cerca de 10,6 milhões de comerciários em 2024. Esses grandes números evidenciam, portanto, a grande informalidade que ainda persiste no setor.

Considerando apenas a série histórica do emprego formal (Gráfico 1), em 2024, foi observado crescimento de 2,9% em relação a 2023 e de 5,1% diante de 2022, o que indica expansão importante da atividade setorial.

GRÁFICO 1

Número de vínculos no comércio. Brasil, 2017 e 2022-2024



Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: Os dados da Rais apresentam quebra na série histórica a partir de 2022 (em verde)

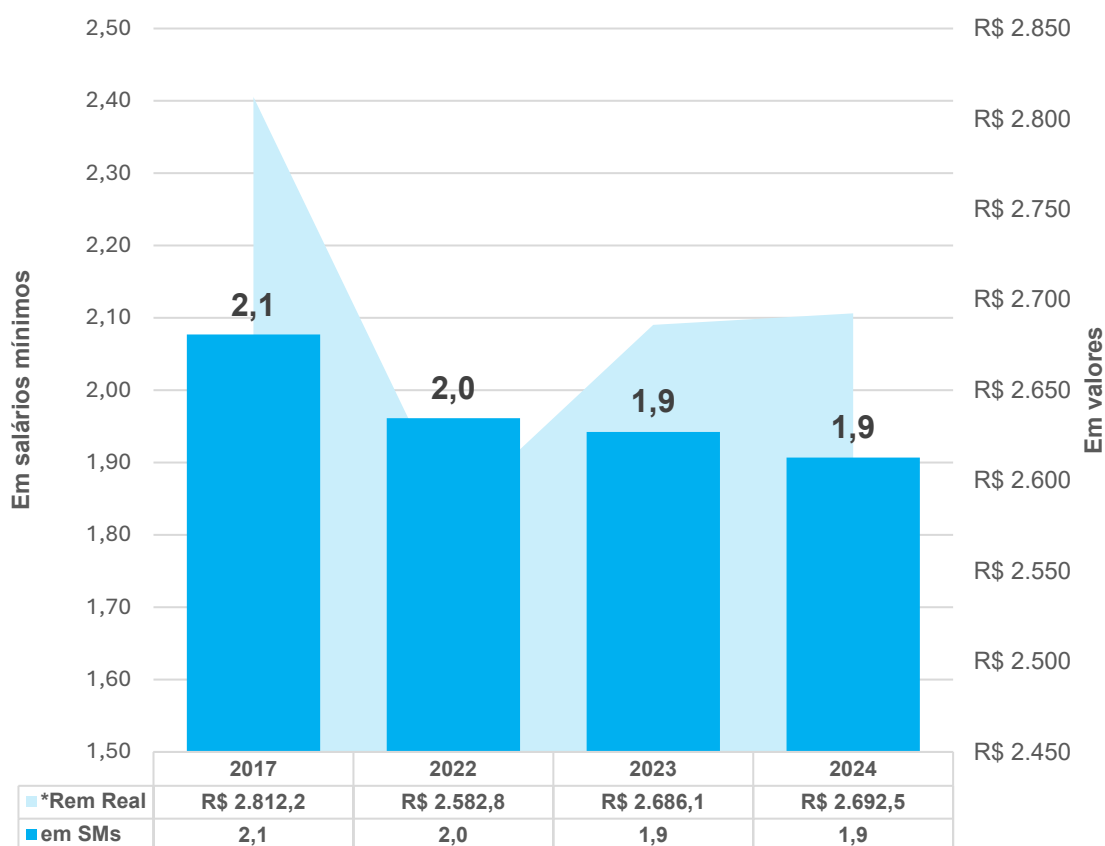
Remuneração

Por sua vez, a remuneração média de todos os empregados no comércio foi de R\$ 2.692,50 em 2024. Na comparação com a remuneração média de 2017, a perda real dos salários foi de 4,3% no período, provavelmente indicando como o setor e os salários foram afetados pela pandemia de covid-19. Vale mencionar, entretanto, que, no período mais recente, foi retomado o crescimento real da remuneração média (+4,2% entre 2022 e 2024).

Outro ponto importante é que, em 2024, a remuneração média real das mulheres comerciárias foi de R\$ 2.485,70, e a dos homens, de R\$ 2.860,50, evidência de que ainda persiste um quadro de desigualdade salarial. Em termos percentuais, a diferença é de 13,1% entre as remunerações médias.

GRÁFICO 2

**Evolução da remuneração média real no comércio, em R\$ e em salários mínimos
Brasil, dezembro de 2017 e 2022-2024**



Fonte: MTE. Rais. Elaboração: DIEESE

Obs.: Remuneração a preços de dezembro/2024 do INPC-IBGE

Entre os três grandes segmentos do comércio, os trabalhadores estavam divididos em: 69% no comércio varejista (7,28 milhões), 20% no atacadista (2,14 milhões) e 11% em comércio e reparação de veículos e motocicletas (1,14 milhão). A remuneração média foi a menor no segmento varejista, que reúne a maioria dos trabalhadores: R\$ 2.311,20, o equivalente a cerca de 60% da média do segmento atacadista; e 78% da média do segmento de Comércio e Reparação de Veículos e Motocicletas.

GRÁFICO 3

Remuneração média no comércio, em R\$, por segmentos
Brasil, dezembro de 2024



Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Distribuição geográfica e remuneração

Em 2024, praticamente metade dos empregados no comércio estava concentrada na região Sudeste do país, em especial no estado de São Paulo (28,4% do total). Cabe mencionar que, entre 2022 e 2024, o emprego cresceu em todas as UF's, contudo, de forma mais intensa nas unidades federativas do Norte e Nordeste.

Já as remunerações médias tiveram aumento real de 4,2% entre 2022 e 2024. Os estados com a maior variação real positiva foram: Rondônia, Amapá, Tocantins, Minas Gerais e Espírito Santo (Tabela 1).

TABELA 1

Distribuição dos vínculos no Comércio e Remuneração média, por Unidade da Federação Brasil, 2022 e 2024

UF	2022		2024		Variação Emprego	Variação Remun. Nominal	Variação Remun. Real
	N. vínculos	Rem. Média	N. vínculos	Rem. Média			
Rondônia	95.167	R\$ 2.155	98.379	R\$ 2.316	3,4%	16,8%	7,5%
Acre	30.471	R\$ 1.891	31.756	R\$ 1.991	4,2%	14,4%	5,3%
Amazonas	115.886	R\$ 2.108	126.747	R\$ 2.159	9,4%	11,3%	2,4%
Roraima	25.520	R\$ 1.987	27.382	R\$ 2.041	7,3%	11,6%	2,7%
Pará	243.222	R\$ 2.108	263.224	R\$ 2.181	8,2%	12,4%	3,5%
Amapá	28.503	R\$ 1.901	30.880	R\$ 2.036	8,3%	16,4%	7,1%
Tocantins	60.649	R\$ 2.245	64.014	R\$ 2.405	5,5%	16,4%	7,1%
Maranhão	175.002	R\$ 1.964	188.544	R\$ 2.088	7,7%	15,5%	6,3%
Piauí	101.381	R\$ 1.804	110.338	R\$ 1.910	8,8%	15,1%	5,9%
Ceará	269.872	R\$ 1.884	290.511	R\$ 1.978	7,6%	14,1%	5,0%
Rio Grande do Norte	125.478	R\$ 1.839	135.252	R\$ 1.924	7,8%	13,7%	4,6%
Paraíba	119.088	R\$ 1.892	130.600	R\$ 1.977	9,7%	13,5%	4,5%
Pernambuco	321.925	R\$ 2.041	345.237	R\$ 2.091	7,2%	11,3%	2,4%
Alagoas	97.943	R\$ 1.765	105.106	R\$ 1.876	7,3%	15,5%	6,3%
Sergipe	73.003	R\$ 1.922	80.378	R\$ 2.033	10,1%	14,9%	5,8%
Bahia	475.851	R\$ 1.935	506.987	R\$ 2.020	6,5%	13,4%	4,4%
Minas Gerais	1.041.565	R\$ 2.143	1.082.970	R\$ 2.297	4,0%	16,4%	7,2%
Espírito Santo	217.359	R\$ 2.273	234.790	R\$ 2.439	8,0%	16,6%	7,3%
Rio de Janeiro	804.875	R\$ 2.330	835.008	R\$ 2.358	3,7%	10,0%	1,2%
São Paulo	2.856.623	R\$ 3.284	2.980.956	R\$ 3.420	4,4%	13,2%	4,2%
Paraná	716.316	R\$ 2.756	747.064	R\$ 2.865	4,3%	13,0%	4,0%
Santa Catarina	513.388	R\$ 2.821	549.063	R\$ 2.948	6,9%	13,6%	4,5%
Rio Grande do Sul	640.885	R\$ 2.698	660.638	R\$ 2.814	3,1%	13,3%	4,3%
Mato Grosso do Sul	147.804	R\$ 2.448	155.310	R\$ 2.557	5,1%	13,5%	4,5%
Mato Grosso	243.718	R\$ 2.670	253.819	R\$ 2.795	4,1%	13,8%	4,7%
Goiás	333.555	R\$ 2.327	347.965	R\$ 2.468	4,3%	15,2%	6,0%
Distrito Federal	181.640	R\$ 2.260	188.107	R\$ 2.339	3,6%	12,4%	3,5%
Ignorado	164	R\$ 833	285	R\$ 1.212			
Total	10.056.853	R\$ 2.583	10.571.310	R\$ 2.693	5,1%	13,3%	4,2%

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: Remuneração a preços de dezembro de 2024 do INPC-IBGE

Tamanho dos estabelecimentos

Com relação aos estabelecimentos, sabe-se que o setor é bastante heterogêneo, abrigando desde grandes empresas nacionais e internacionais a pequenos negócios, como os comércios locais de bairros. Em 2024, 87% dos estabelecimentos eram micros ou pequenos e agregavam 69% do emprego no setor. Já 0,5% dos estabelecimentos era de grande porte e concentrou 12% do emprego.

A geração de mais de 514 mil novos vínculos entre 2022 e 2024 foi distribuída entre todos os portes de estabelecimentos. Somente os de grande porte foram responsáveis pelo aumento de mais de 207 mil vagas.

TABELA 2

Distribuição dos estabelecimentos e vínculos no Comércio, por porte do estabelecimento. Brasil, 2022 e 2024

Porte do estabelecimento (n. de empregados)	2022		2024		Variação Estabs.	Variação Vínculos
	N. estabs.	N. vínculos	N. estabs.	N. vínculos		
0 Empregado	182.213	-	189.750	-	4,1%	-
Micro	1.213.633	3.589.648	1.256.063	3.680.143	3,5%	2,5%
De 1 a 4	946.892	1.853.369	985.105	1.915.788	4,0%	3,4%
De 5 a 9	266.741	1.736.279	270.958	1.764.355	1,6%	1,6%
Pequeno	195.741	3.518.953	202.862	3.658.353	3,6%	4,0%
De 10 a 19	137.646	1.828.868	142.032	1.888.395	3,2%	3,3%
De 20 a 49	58.095	1.690.085	60.830	1.769.958	4,7%	4,7%
Médio	14.359	988.585	15.484	1.065.393	7,8%	7,8%
De 50 a 99	14.359	988.585	15.484	1.065.393	7,8%	7,8%
Grande	9.579	1.959.667	10.522	2.167.421	9,8%	10,6%
De 100 a 249	7.707	1.149.999	8.438	1.259.933	9,5%	9,6%
De 250 a 499	1.504	488.996	1.677	546.316	11,5%	11,7%
De 500 a 999	288	193.679	315	213.585	9,4%	10,3%
1.000 ou Mais	80	126.993	92	147.587	15,0%	16,2%
Total	1.615.525	10.056.853	1.674.681	10.571.310	3,7%	5,1%

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

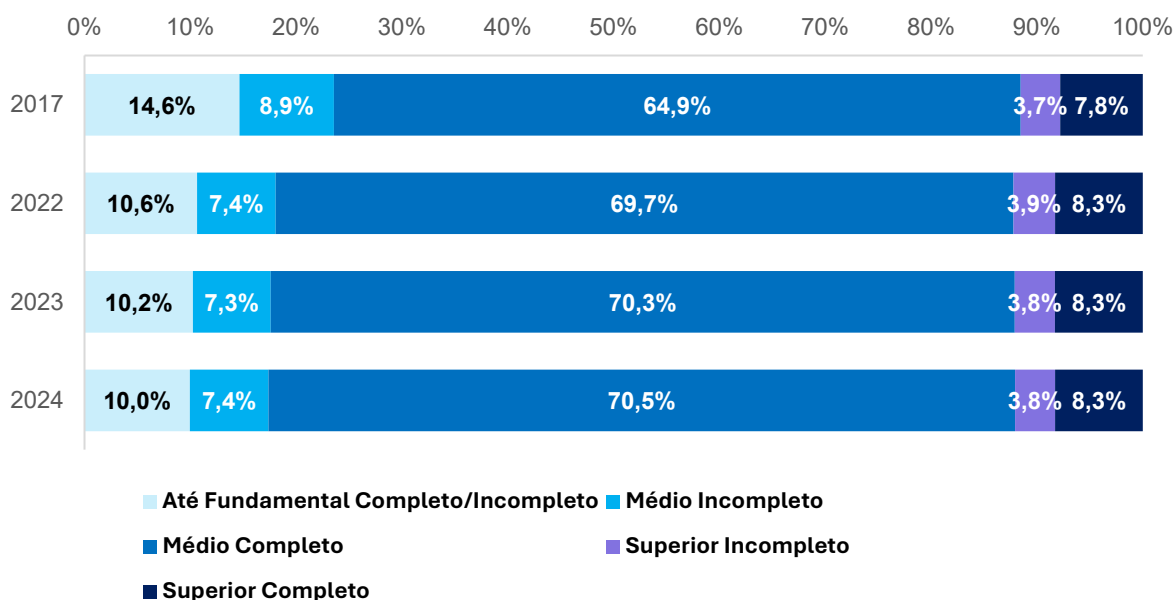
Obs.: Classificação do porte dos estabelecimentos com base na adaptação de Sebrae/DIEESE (2022)

Escolaridade

O nível de escolaridade tem crescido entre os comerciários. A participação daqueles que possuíam até o ensino fundamental vem se reduzindo nos últimos anos, ao passo que aumentou a quantidade daqueles com ensino médio completo, que compõem a maioria no setor (70,5% em 2024). Aqueles que chegaram ao ensino superior compõem 12,1% do total em 2024, ou mais de 1,27 milhão de trabalhadores. Apesar dos postos de trabalho comumente não exigirem alta escolarização ou especialização, a elevação dos anos de estudo da população em geral também se reflete no setor.

GRÁFICO 4

Distribuição dos vínculos de trabalho no comércio, por nível de escolaridade (em %)
Brasil, 2017 e 2022-2024



Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

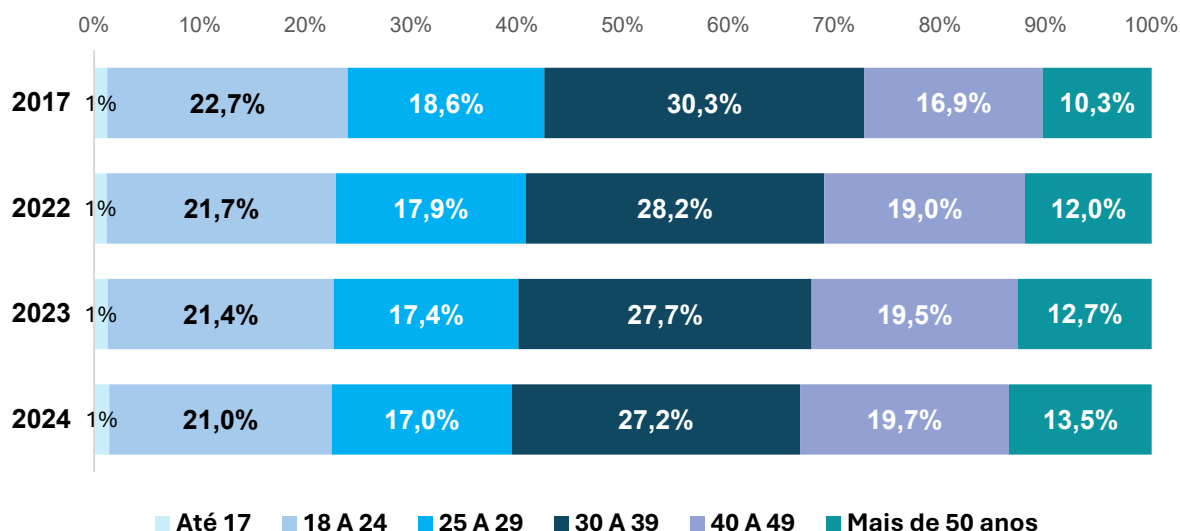
Faixa etária

Outra mudança importante é a do perfil etário desses trabalhadores. Embora o comércio seja considerado uma das portas de entrada para muitos jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho e a juventude, de fato, constitua parcela importante (os com até 29 anos são 39,5% do total) do setor, esse é um grupo que tem diminuído ao longo do tempo. Em 2017, por exemplo, os jovens representavam 42,6% do total de trabalhadores.

De outro lado, aumentou a participação das pessoas com 40 a 49 anos (19,7%, em 2024) e com mais de 50 anos na categoria, chegando a 13,5% em 2024. Os dados evidenciam que é necessário avançar em políticas públicas e na negociação coletiva, de forma a proporcionar condições para ampliar a entrada de jovens em empregos de qualidade e o atendimento das necessidades das faixas etárias mais avançadas.

GRÁFICO 5

Distribuição dos vínculos de trabalho no Comércio, por faixa etária (em %)
Brasil, 2017 e 2022-2024



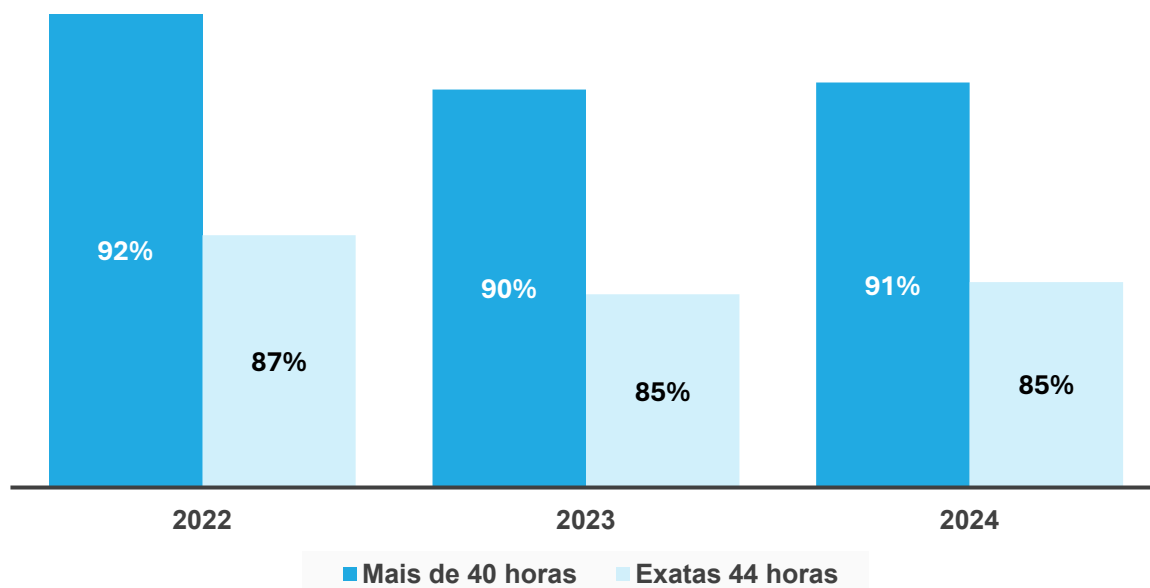
Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Jornada de trabalho

O tema da redução da jornada de trabalho é, sem dúvida, um dos mais debatidos em 2025, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores no país. Da mesma forma, é sabido que o setor do comércio é um dos que possuem práticas de jornadas muito extensas, inclusive com trabalhos aos domingos e feriados, o que impede que os trabalhadores possam ter tempo adequado para descanso, lazer, convívio familiar e estudos.

Em 2024, entre que aqueles que tinha vínculo formal, 91% dos comerciários possuíam jornadas semanais contratadas de 40 horas ou mais. Desses, 85% possuíam contrato de jornada de exatas 44 horas semanais. Ademais, no mesmo ano, 568 mil trabalhadores do setor (3% do total) registravam jornadas iguais ou superiores a 45 horas semanais¹.

¹ Os registros de jornada semanal contratada superior à jornada máxima legal de 44 horas indicam que pelo menos parte dos empregadores declarou horas extras junto com horas contratadas.

GRÁFICO 6**Proporção dos vínculos de trabalho no Comércio de jornadas de 40 horas ou mais e de 44 horas (em %)****Brasil, 2022 a 2024**

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

A realidade varia de acordo com os segmentos do comércio, mas, de toda forma, em 2024, entre as 15 ocupações mais frequentes do setor, a jornada de 44 horas ou mais por semana era praticada em 10 delas.

Vendedores do comércio varejista recebiam R\$ 2.588,50, em média, e operadores de caixas ganhavam ainda menos, ou seja, cerca de R\$ 1.862,60. A jornada semanal mais longa foi observada entre os gerentes de lojas e supermercados (média de 48 horas), embora a remuneração média obtida seja maior que as demais (R\$ 4.768,00).

TABELA 3

As 15 maiores ocupações no comércio, número de vínculos, idade, jornada semanal contratada e remuneração

Brasil, 2024

Ocupação	N. vínculos	Média Idade	Média Jornada	Rem. Média
VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	1.660.621	34	44	R\$ 2.588,5
OPERADOR DE CAIXA	803.447	32	44	R\$ 1.862,6
ATENDENTE DE LOJAS E MERCADOS	569.546	31	44	R\$ 1.747,3
REPOSITOR DE MERCADORIAS	516.263	31	43	R\$ 1.664,6
AUXILIAR DE ESCRITORIO, EM GERAL	379.240	32	42	R\$ 1.975,3
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	343.567	32	42	R\$ 2.343,9
FRENTISTA	280.430	37	43	R\$ 2.165,8
FAXINEIRO	218.057	44	42	R\$ 1.517,9
MOTORISTA DE CAMINHAO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	217.620	44	46	R\$ 2.864,6
ACOUGUEIRO	203.747	37	45	R\$ 2.229,7
ATENDENTE DE FARMACIA - BALCONISTA	180.800	33	44	R\$ 1.981,6
MECANICO MANUT. AUTOMOVEIS, MOTOCICLETAS E VEIC. SIMILARES	160.157	34	44	R\$ 2.498,6
ALMOXARIFE	158.560	32	44	R\$ 2.209,2
GERENTE DE LOJA E SUPERMERCADO	157.257	38	48	R\$ 4.768,0
AJUDANTE DE MOTORISTA	130.779	35	45	R\$ 1.819,6

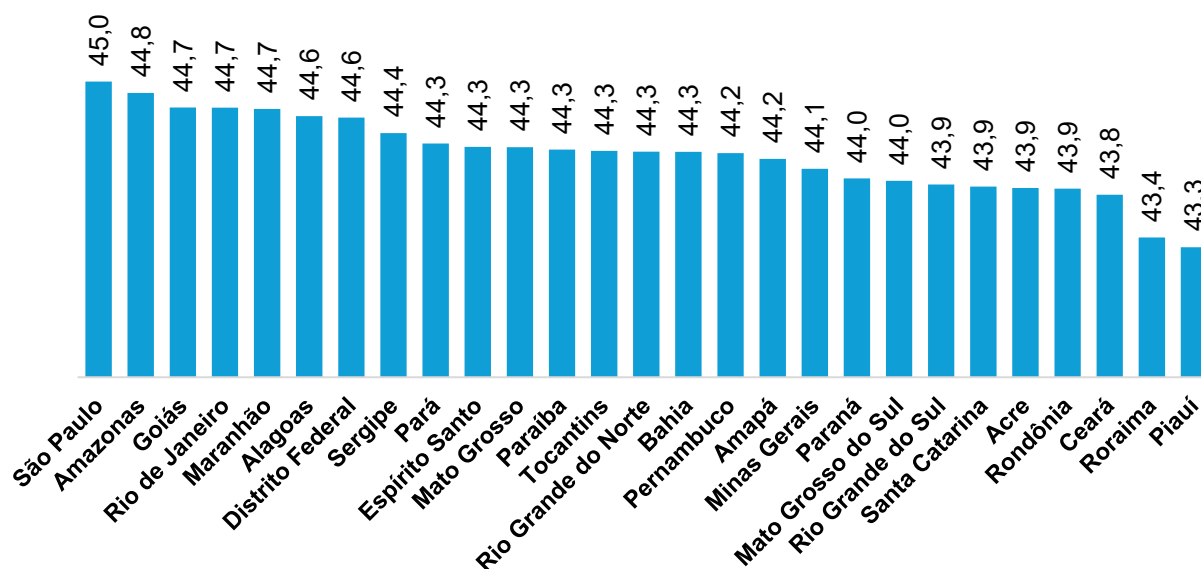
Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Por região, as jornadas de trabalho semanais médias mais extensas foram verificadas nos estados de São Paulo (45,0 horas), Amazonas (44,8 horas) e Goiás, do Rio de Janeiro e Maranhão (média de 44,7 horas cada). Em todas as unidades da Federação, as jornadas médias superaram as 43 horas semanais, mostrando que a diminuir o tempo de trabalho, sem redução dos salários, é urgente no país.

GRÁFICO 7

Jornada contratada semanal média de trabalho, segundo unidade da Federação
Brasil, 2024



Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Movimentação do emprego em 2025

Com relação à movimentação do emprego no comércio nacional em 2025, a partir da análise dos dados do Novo Caged (Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego), foi possível identificar que foram criados mais de 90,8 mil postos de trabalho no 1º semestre, resultado de 3,16 milhões de admissões e 3,07 milhões de desligamentos.

TABELA 4

**Admissões, desligamentos e saldo da movimentação no setor do comércio
Brasil, janeiro a junho de 2025**

Mês	Admitidos	Desligados	Saldo
jan/25	501.264	-551.512	-50.248
fev/25	573.489	-525.900	47.589
mar/25	517.485	-525.802	-8.317
abr/25	539.918	-495.032	44.886
mai/25	528.759	-504.731	24.028
jun/25	500.753	-467.815	32.938
Total	3.161.668	-3.070.792	90.876

Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados apresentam ajustes até junho de 2025

Os segmentos do comércio que mais admitiram trabalhadores em 2025 foram: hipermercados e supermercados, vestuário e acessórios, materiais de construção e produtos farmacêuticos, entre outros (Gráfico 8). Somente o primeiro segmento, relativo aos mercados, foi responsável por cerca de 18% das admissões de todo o primeiro semestre.

GRÁFICO 8

Os 10 segmentos do Comércio (classe CNAE) com maior número de admissões Brasil, janeiro a junho de 2025



Fonte: MTE. Caged

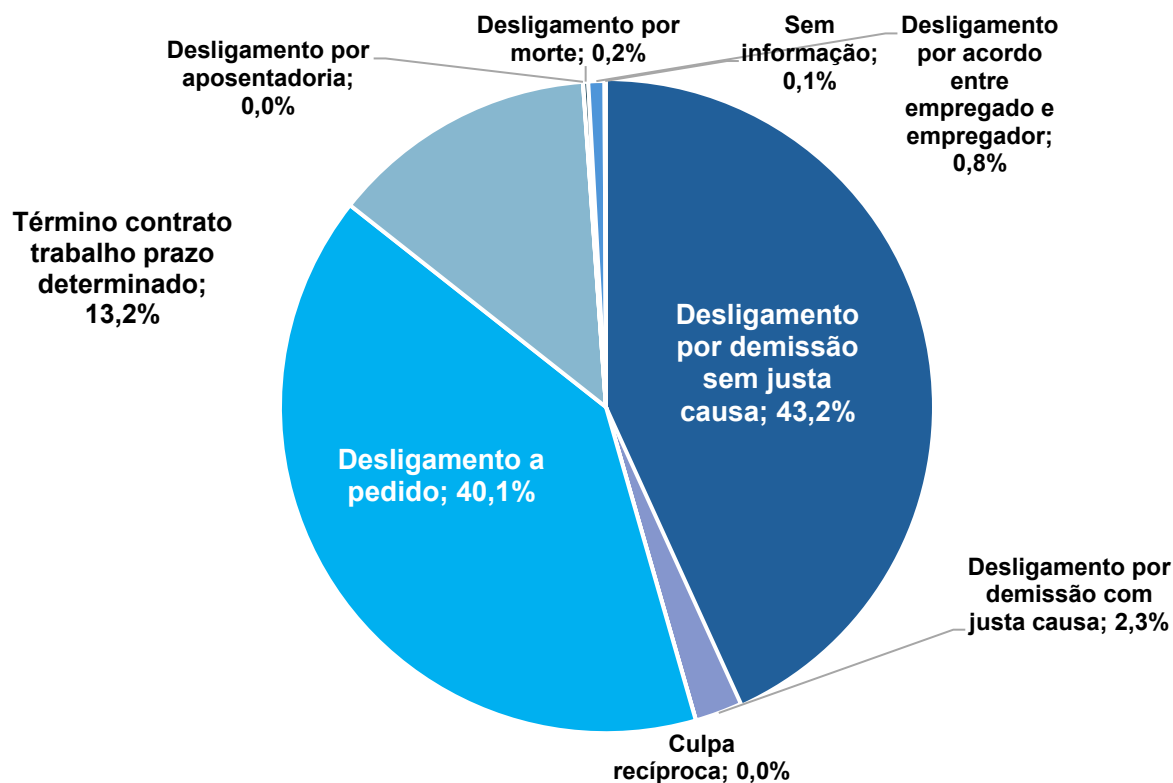
Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados apresentam ajustes até junho/2025

Entre os mais de 3,07 milhões de comerciários que se desligaram ou foram demitidos das empresas em 2025, a maior parte saiu dos empregos por demissão sem justa causa (43,2%). No entanto, assim como observado no mercado de trabalho em geral, é alta a participação dos desligamentos a pedido do próprio trabalhador (40,1%), que geralmente é influenciado por insatisfações com as condições de trabalho, como longas jornadas, baixa remuneração e situações de estresse físico e mental.

GRÁFICO 9

Distribuição dos desligamentos no setor do comércio, por tipo da movimentação
Brasil, janeiro a junho de 2025



Fonte: MTE. Caged
Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados apresentam ajustes até junho de 2025

Negociações salariais

O Gráfico 10 mostra a distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC entre 2018 e 2025. Em 2018, o cenário foi favorável: a ampla maioria dos reajustes (75,6%) ficou acima da inflação, assegurando ganhos reais. Entretanto, essa situação se inverteu a partir de 2019, quando cresceu a proporção de reajustes apenas iguais ao INPC (41,1%) e aumentaram os casos de resultados abaixo da inflação (9,6%). Essa trajetória negativa se intensificou entre 2020 e 2022, anos marcados por alta inflacionária e do desemprego e pelas incertezas provocadas pela pandemia de covid-19. Nesses anos, predominou a simples recomposição do poder de compra, com destaque para 2022, ano em que 64,2%

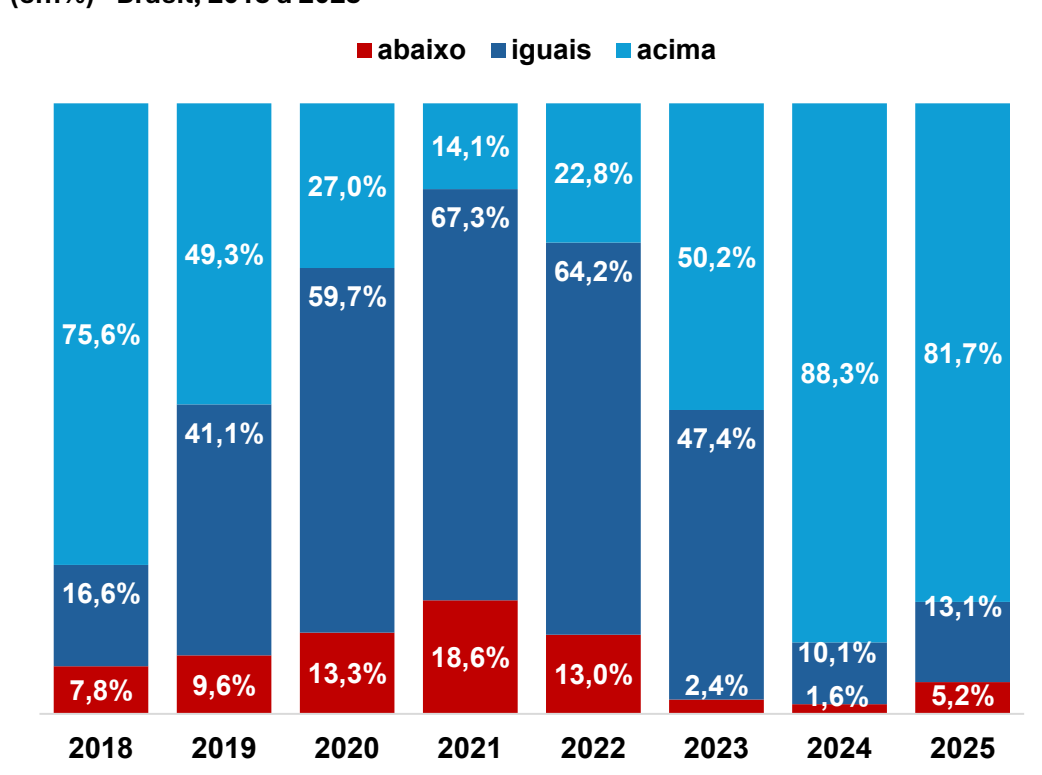
dos reajustes ficaram apenas em linha com a inflação e apenas 22,8% superaram o INPC.

A partir de 2023, observa-se nova reversão. Nesse ano, metade dos reajustes (50,2%) voltou a superar a inflação, ainda que aqueles iguais ao INPC tenham sido observados em parcela significativa das negociações (47,4%). A melhora, porém, se acentuou de forma expressiva em 2024 e 2025. Em 2024, 88,3% dos reajustes ficaram acima do INPC, um dos melhores resultados da série.

Já em 2025, com dados entre janeiro e agosto, embora a proporção de instrumentos coletivos de trabalho com ganhos reais tenha recuado um pouco, 81,7% dos resultados apresentaram ganhos reais, reforçando a tendência positiva.

GRÁFICO 10

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC – comércio varejista e atacadista (em%) - Brasil, 2018 a 2025



Fonte: MTE. Sistema Mediador
Elaboração: DIEESE

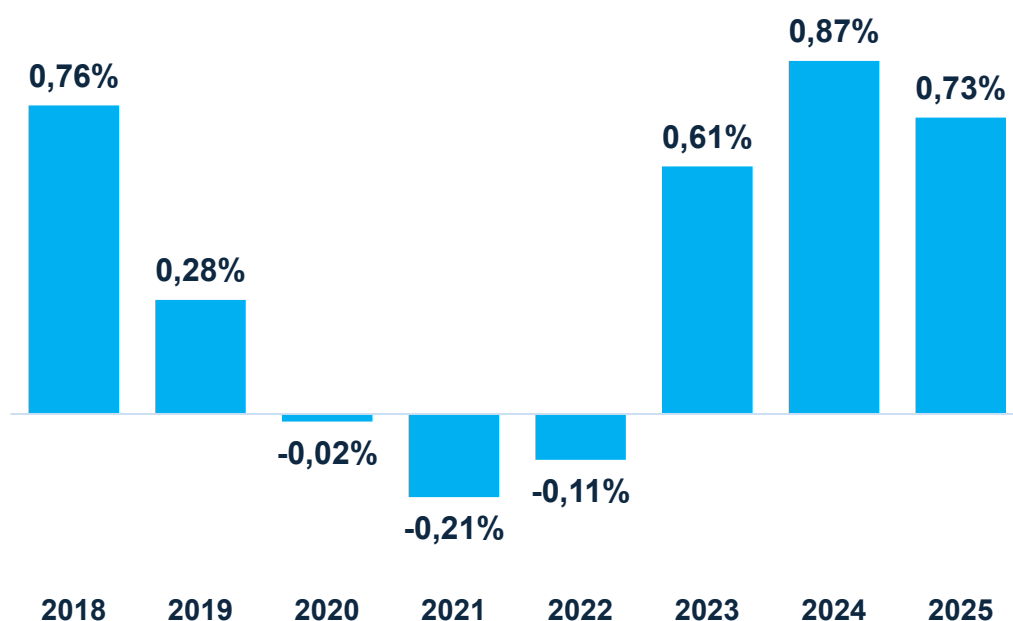
O Gráfico de variação real média por ano mostra a evolução do poder de compra dos salários após o desconto da inflação, evidenciando, na média geral, períodos de ganhos e perdas para os trabalhadores.

Entre 2018 e 2019, os resultados foram positivos, ainda que em níveis diferentes: em 2018, a variação média chegou a 0,76%, indicando ganhos reais relevantes; já em 2019, o crescimento foi mais modesto (0,28%). Nos anos seguintes, de 2020 a 2022, o cenário mudou. A variação real média se manteve próxima de zero em 2020 (-0,02%), mas se tornou negativa em 2021 (-0,21%) e 2022 (-0,11%), refletindo um período de inflação alta e reajustes insuficientes para recompor o poder de compra.

A partir de 2023, verifica-se uma reversão importante. Nesse ano, a variação real média subiu para 0,61%, sinalizando um processo de recomposição da renda. Em 2024, obteve-se o melhor resultado da série (0,87%), resultando em ganhos salariais acima da inflação para a maior parte dos trabalhadores. Em 2025 (resultado agregado até agosto), o aumento real médio (0,73%) é pouco inferior ao verificado em 2024.

GRÁFICO 11

Variação real média dos reajustes salariais– comércio varejista e atacadista (em %)
Brasil, 2018 a 2025



Fonte: MTE. Sistema Mediador
Elaboração: DIEESE

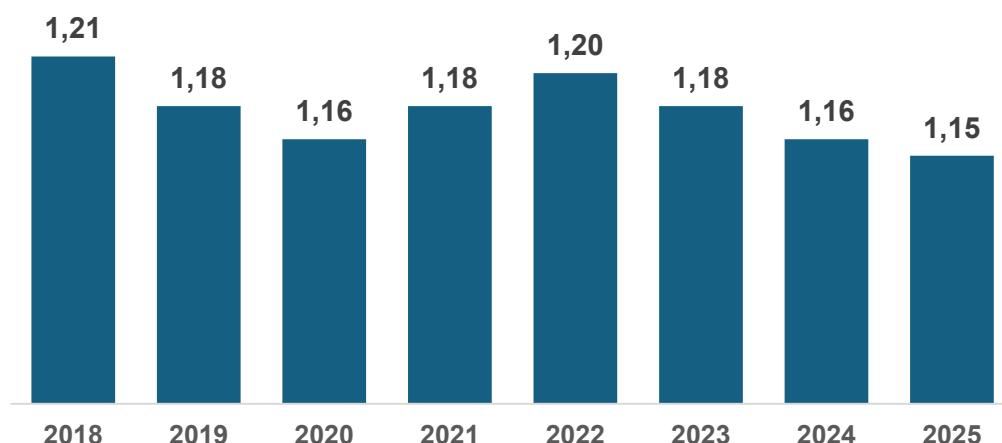
O piso médio salarial do setor, expresso em múltiplos do salário mínimo, entre 2018 e 2025, teve trajetória de relativa estabilidade, mas com queda no período mais recente.

Quando comparado ao salário mínimo nacional, o piso salarial médio apresentou o valor mais alto do período em 2018, alcançando 1,21 salário mínimo. Depois, houve redução em 2019 (1,18) e em 2020 (1,16), reflexo de negociações salariais mais restritas diante do contexto de inflação e crise econômica. Em 2021, o índice voltou a 1,18, e, em 2022, atingiu 1,20 salário mínimo, quase recuperando o patamar de 2018. A partir de 2023, no entanto, com a retomada da política de valorização do salário mínimo, o diferencial entre o piso médio do setor e o salário mínimo passou a diminuir. O valor, que havia retornado a 1,18 salário mínimo naquele ano, recuou para 1,16 em 2024 e atingiu 1,15 em 2025, o menor nível da série.

Esse movimento revela que, embora os pisos tenham registrado ganhos reais acima da inflação, a valorização foi inferior à do salário mínimo nacional. O período foi marcado por forte valorização do mínimo, com destaque para o aumento real de 4,57% em janeiro de 2024.

GRÁFICO 12

Piso salarial médio em valores de salários mínimos, por ano – comércio varejista e atacadista



Fonte: MTE. Sistema Mediador
Elaboração: DIEESE

Desempenho econômico

Em termos gerais, o período entre 2017 e 2024 foi marcado por mudanças significativas no cenário econômico brasileiro. Essa fase resultou de uma combinação de fatores de ordem estrutural – como a reforma trabalhista (2017) e a reforma da previdência (2019) – e de elementos conjunturais, a exemplo da pandemia de covid-19 (2020 a 2021), da guerra na Ucrânia e da condução da política macroeconômica de orientação marcadamente neoliberal. Esses fatores, entre outros, repercutiram, em maior ou menor grau, levando a um extenso período de baixo crescimento econômico, elevada taxa de desemprego, instabilidade política e inflação consideravelmente acima do teto da meta (2021 e 2022).

A partir de 2023, contudo, a atividade econômica foi retomada, com as políticas adotadas, especialmente a econômica e a social, como a retomada da política nacional de valorização do salário mínimo – e de um cenário externo menos adverso. Como resultado, atingiu-se uma taxa de desemprego e um nível de rendimento médio real nos melhores patamares da história, apesar do cenário de instabilidade política e taxas de juros elevadas.

No caso específico do comércio, deve-se destacar a intensificação das compras de produtos pelo chamado e-commerce e de novos hábitos de consumo. Ainda assim, os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE) mostram que a receita nominal do setor cresceu 82,39% entre 2017 e 2024. Para se ter noção, no mesmo período, a inflação acumulada foi de 48,68% (IPCA-IBGE). Como mostra a Tabela 5, mesmo com níveis de crescimento diferentes, é possível verificar que todas as unidades da Federação apresentaram aumento da receita nominal do comércio superior à inflação verificada no período.

TABELA 5**Variação (%) acumulada da receita nominal do comércio. Brasil, 2017 a 2024**

UF	Variação (%)	UF	Variação (%)
Brasil	82,39	Ceará	84,16
Santa Catarina	162,49	Minas Gerais	82,90
Amapá	129,72	Piauí	81,79
Espírito Santo	129,32	Pernambuco	77,01
Tocantins	126,56	São Paulo	76,38
Maranhão	120,61	Paraná	72,55
Amazonas	118,17	Rio Grande do Norte	68,55
Mato Grosso	112,32	Sergipe	65,46
Rio Grande do Sul	107,61	Mato Grosso do Sul	64,92
Pará	105,98	Rondônia	64,31
Roraima	93,72	Goiás	63,87
Alagoas	91,64	Distrito Federal	54,88
Paraíba	89,66	Bahia	52,01
Acre	89,54	Rio de Janeiro	50,68

Fonte: IBGE. PMC
Elaboração: DIEESE

Por outro lado, no mesmo período, ainda sobre a receita nominal, os segmentos do comércio tiveram comportamentos distintos. Os maiores aumentos foram em: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+141,8%), veículos, motocicletas, partes e peças (+109,5%), material de construção (+103,1%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+90,0%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (+66,7%), combustíveis e lubrificantes (+52,4%), móveis e eletrodomésticos (+42,3%), tecidos, vestuário e calçados (+28,9%). Os destaques negativos foram: livros, jornais, revistas e papelaria (-41,0%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-22,2%). Já no período mais recente, nos primeiros sete meses de 2025, a receita nominal de vendas cresceu 7,4%, à frente do mesmo período de 2024. Em 12 meses, o setor mantém expansão próxima de 8%, refletindo certa resiliência do consumo das famílias.

Os ramos de supermercados (+8,0%), combustíveis (+6,9%) e farmácias (+8,3%) e tecidos, vestuário e calçados (+7,5%) sustentaram o crescimento no período, enquanto segmentos mais dependentes de crédito e renda disponível, como móveis e eletrodomésticos (+4,7%), tiveram desempenho mais tímido. O

varejo ampliado (que inclui veículos e material de construção) mostrou resultados ainda mais contidos, impactados pelos juros altos e menor demanda por bens duráveis. A Tabela 6 contém os resultados acumulados para o período em questão.

TABELA 6

**Variação (%) da receita nominal de vendas no comércio por atividade
Brasil, janeiro a julho de 2024 e de 2025**

Atividades	Variação (%)
Combustíveis e lubrificantes	6,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8
Tecidos, vestuário e calçados	7,5
Móveis e eletrodomésticos	4,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	4,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	0,4
Material de construção	4,1
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-1,9

Fonte: IBGE. PMC
Elaboração: DIEESE

Quando observados os resultados por unidade da Federação, nota-se forte heterogeneidade regional: Norte e Nordeste puxaram o crescimento, com alguns estados registrando taxas de dois dígitos, enquanto o Sul e o Sudeste, que concentram maior peso econômico, tiveram expansão mais moderada. Esse cenário sugere que, embora o comércio tenha avançado nominalmente em 2025, o ritmo não foi uniforme e os maiores mercados internos cresceram menos.

TABELA 7

Variação (%) da Receita nominal de vendas no comércio por unidade da Federação Brasil, janeiro a julho de 2024 e de 2025j

UF	Variação (%)	Unidade da Federação	Variação (%)
Brasil	7,4	Tocantins	6,4
Amapá	14,0	Rio Grande do Sul	6,4
Ceará	10,5	Distrito Federal	5,9
Paraíba	9,3	Pernambuco	5,8
Santa Catarina	9,2	Paraná	5,6
Mato Grosso	8,0	Alagoas	5,2
Amazonas	7,9	Mato Grosso do Sul	5,2
Rio Grande do Norte	7,8	Bahia	4,1
Espírito Santo	7,5	Sergipe	3,8
Rondônia	6,8	Minas Gerais	3,2
Pará	6,8	Rio de Janeiro	3,1
Piauí	6,7	São Paulo	2,1
Acre	6,6	Maranhão	1,7
Roraima	6,5	Goiás	- 0,5

Fonte: IBGE. PMC
Elaboração: DIEESE

Em termos de perspectivas para o próximo período, a despeito da política monetária ainda muito restritiva, o comportamento recente da inflação e da taxa de câmbio sinalizam a possibilidade de uma inflexão na trajetória da taxa de juros básica e demais taxas de juros da economia, o que pode vir a ter impacto positivo sobre o consumo das famílias.

Ademais, deve-se registrar que o nível de desemprego em mínimos históricos e a manutenção, ampliação e implementação de novas políticas sociais e creditícias de amplo alcance, como os programas Gás para Todos, Luz do Povo, Crédito do Trabalhador, entre outros, aumentarão a renda disponível de dezenas de milhões de pessoas, particularmente da população de mais baixa renda, que destinarão parte expressiva deste valor a aumentos de consumo.

Por fim, e talvez a novidade mais relevante, a quase certa aprovação da reforma da tributação da renda da pessoa física, que isentará trabalhadores com rendimentos de até R\$ 5 mil e reduzirá o imposto a pagar de quem ganha acima de R\$ 5 mil até R\$ 7.350,00, entre outras mudanças, terá, já a partir de janeiro de 2026, considerável impacto sobre a demanda agregada. O aumento da renda

disponível agregada, estimada em R\$ 27 bilhões anuais, certamente resultará em ampliação do consumo e das vendas no comércio.



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
 CEP 05001-900 São Paulo, SP
 Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
 E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Vice-presidente – Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Diretor Executivo – Ednilson Rossato

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva – Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica responsável

Camila Ikuta

Fabiana Campelo

Fernando Lima

Tiffany Gabrielli De Oliveira Gomes

Paulo Jäger (revisão técnica)

Ricardo Tamashiro (revisão técnica)

Victor Pagani (revisão técnica)